

África do Sul só manda a morte para Moçambique

— afirma Primeiro-Ministro Mário Machungo a jornalistas em Genebra

A várias dezenas de jornalistas suíços e correspondentes internacionais, o Primeiro-Ministro da República Popular de Moçambique, Mário da Graça Machungo, concedeu uma conferência de imprensa no passado dia 31 de Março, em Genebra. O encontro com a Informação teve lugar no Palácio das Nações, momentos após o Chefe do Governo moçambicano ter discursado na sessão de abertura da reunião internacional de doadores de assistência a favor do nosso País, particularmente a mais de 4,5 milhões de moçambicanos vítimas da seca e da acção criminosa dos bandidos armados da África do Sul. Mário Machungo disse aos jornalistas que «a África do Sul, que arma bandidos para torturar populações moçambicanas, não pode mandar ajuda humanitária. Só manda a morte». Com estas palavras o Primeiro-Ministro Machungo respondia a uma pergunta sobre se «Moçambique recebe alguma ajuda económica ou humanitária directa ou indirecta da África do Sul».

Durante a conferência, Machungo respondeu a outras perguntas relacionadas, principalmente, com a situação económica do País. Se para alguns jornalistas prevalecem dúvidas sobre as relações entre Moçambique e a África do Sul, que é de agredido e de agressor, para outros o Programa de Reabilitação Económica afigura-se como uma mudança da linha económica adoptada pelo País. Transcrevemos, a seguir as partes mais salientes da conferência:

PERGUNTA: Moçambique recebe assistência de países latino-americanos e outros do Terceiro Mundo?

RESPOSTA: Nós temos recebido assistência multiforme de vários países do mundo. No caso da América Latina, temos recebido assistência na área da cooperação técnica. No que respeita às relações com os países

do Terceiro Mundo, temos tido muitos contactos com outros membros do Movimento dos Países Não-Alinhados e recebido todo o apoio que é necessário face à situação que o nosso País atravessa.

Finalmente, quero referir às relações de cooperação e colaboração que existem na região, no quadro da SADCC, onde os países da Linha da Frente desempenham um papel muito importante, numa colaboração também multifacetada para a resolução dos problemas que os nossos países enfrentam na região.

P: Moçambique aprovou um Programa de Reabilitação da sua economia. Será que vai adoptar o sistema de uma economia mista?

R: O nosso programa geral económico advém daquilo que foi definido, no 4.º Congresso, do nosso Partido,

em 1983. Nesse programa definiu-se que todos têm de participar no desenvolvimento económico do nosso País, quer em forma de empresas mistas e privadas, quer em estatais e cooperativas. E para podermos criar uma atmosfera mais favorável ao investimento estrangeiro, foi aprovada pela nossa Assembleia uma Lei dos Investimentos Estrangeiros e sobre a qual o governo acaba de regulamentar. Antes disso, tínhamos uma Lei específica que traça o quadro de operações na área dos hidrocarbonetos e petróleo e esta lei concede muitos benefícios de carácter fiscal, garante o repatriamento de lucros e dos capitais investidos. Também traça uma série de áreas prioritárias, onde queremos que o investimento estrangeiro seja aplicado em Moçambique. É esta a linha que nós segui-

mos para eles e nos também precisamos de divisas para o nosso desenvolvimento. É por isso que o sector geológico-mineiro também é definido como prioritário. Também temos uma indústria ligeira com capacidade ociosa e aí também fazemos esforços para o seu desenvolvimento

NÃO HÁ GUERRA CIVIL EM MOÇAMBIQUE

No dia anterior, o Primeiro-Ministro Mário Machungo havia concedido uma entrevista à Televisão «Suíça Romande», em Genebra.

Pelas perguntas colocadas, ficámos com a evidência de que ou há desconhecimento total da natureza do conflito que se desenvolve na África Austral ou existe uma tentativa deliberada de deturpar a imagem de Moçambique e da África Austral, em geral, como aliás é prática da maior parte dos jornalistas ocidentais menos esclarecidos.

Por isso, a entrevista assumiu um carácter didáctico.

Entre outras perguntas postas pela Televisão «Suíça Romande», transcrevemos as seguintes e as respectivas respostas:

PERGUNTA: Sr. Primeiro-Ministro, as prioridades do vosso Governo são obstaculizadas pela guerra civil. O que têm feito para resolver esta questão?

RESPOSTA: A primeira questão é esta: Nós não temos guerra civil em Moçambique. O que nós, realmente, temos é uma situação de agressão e desestabilização promovida pela África do Sul racista e que, a partir do segundo semestre do ano passado e em colaboração com alguns países vizinhos, introduziu no nosso País, massivamente, uma quantidade enorme de bandidos armados que afectaram muitos distritos de algumas províncias do norte e do centro, nomeadamente Zambézia, Sofala e Tete e que causaram danos materiais e humanos apreciáveis.

Esta é a situação e nós tomámos medidas imediatas de defesa das populações, da nossa soberania, do nosso País, pelas nossas Forças Armadas em colaboração com as forças do Zimbabwe e da Tanzânia, numa acção concertada de todos os países da Linha da Frente, para assegurar também a paz e a estabilidade na região.

P: Se não há guerra civil como se justifica a saída de milhares de pessoas do centro de Moçambique para refúgio em outros países?

R: Quando se é agredido há, realmente, situações de populações que são afectadas por essa mesma agressão, mas isso não significa, necessariamente, uma guerra civil. A França foi agredida e invadida pelas forças nazis, mas não havia guerra civil e as populações sofreram em campos de concentração. É precisamente o que sucede no nosso País. É uma agressão promovida pelo exterior para a desestabilização e isso afecta as pessoas, milhões de pessoas, mas não significa que tenhamos guerra civil.

PERGUNTA: Pretória apoia os «bandidos armados», mas, por outro lado, Moçambique tem relações económicas estreitas com a África do Sul. Há muitos trabalhadores mineiros moçambicanos que trabalham naquele país. Como define as vossas relações?

RESPOSTA: Não temos muitos trabalhadores na África do Sul, porque o governo deste país começou a impor sanções contra Moçambique logo depois da nossa independência. Ti-

nhamos nessa altura, na África do Sul, com base num tratado que existia com Portugal, mais de 120 mil trabalhadores nas minas sul-africanas. Reduziram o efectivo desses mineiros para cerca de 40 mil em 1981/82 e agora só temos 60 mil. Os sul-africanos tomaram medidas posteriores, segundo as quais não vão renovar os contratos dos mineiros moçambicanos e nem vão recrutar mais trabalhadores. Deste modo, as relações de cooperação, que nós desejamos que existissem no âmbito do Acordo de Nkomati são, logo, travadas e impedidas pela própria África do Sul. Posso citar mais um exemplo: é a questão do tráfego ferroviário na linha Maputo/Ressano Garcia/África do Sul. O tráfego era de mais de sete milhões de toneladas e deliberadamente, de uma forma planificada e organizada, reduziram esse tráfego para menos de um milhão. Esta acção mostra que eles próprios não estão interessados em promover relações de cooperação estáveis com os países vizinhos. E não seria de outro modo, porque um país que desestabiliza países vizinhos não estaria interessado em estabelecer relações de cooperação (...) Trata-se de uma acção global de desestabilização, de agressão e de destruição completa dos países vizinhos, que é para tornar viável o projecto de formação de uma «constelação de estados» obediente e servil à África do Sul.



Aspecto da Conferência Internacional de Doadores recentemente realizada em Genebra. (Foto de L. Bianco)

mos para o desenvolvimento do nosso País. Há espaço suficiente para todos trabalharem para o bem-estar, para o desenvolvimento do nosso País. Moçambique ainda tem muitos recursos inexplorados e estamos a criar um clima para que todos possam utilizar esses recursos para mútuo benefício.

P: Qual é a prioridade de Moçambique na área dos investimentos?

R: Como sabem, o nosso País é essencialmente agrícola e é natural que a agricultura seja um sector prioritário. Dada a situação geo-estratégica do nosso País, os transportes assumem também um papel importante já que servem os países do «hinterland». Claro que para os investidores estrangeiros também interessam aqueles sectores que trazem be-